



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

REQ n.103/2024

Apresentação: 24/06/2024 15:30:10.073 - CLP

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N° , DE 2024
(Da SRA ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública para discutir o assédio moral e sexual no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir o assédio moral no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Para o referido debate solicitamos que sejam convidados (as) representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira – Diretor Geral da PRF
- Sr. Vinicius Behrmann Bento - Corregedor – Geral e Controle Interno da PRF;
- Sr. Fabrício Rosa – Policial Rodoviário Federal;
- Dr. Rodrigo Coutinho Rodrigues de Lima - Advogado
- Sra. Igor Cesar Gonçalves Pereira - policial rodoviário federal
- Sra. Sabrina Pereira Soares Damasceno - servidora administrativa da PRF
- Sra. Pamela Pereira Vieira - policial rodoviária federal

JUSTIFICAÇÃO

A realização de uma audiência pública sobre assédio moral e sexual na Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma medida essencial para promover a transparência, a responsabilidade e a proteção dos direitos humanos dentro da instituição. Este evento oferece uma oportunidade para que os responsáveis pela gestão da PRF apresentem dados, estatísticas e medidas adotadas para combater o assédio, demonstrando compromisso com a prestação de contas.

Os assédios moral e sexual podem causar sérios danos à saúde mental e física dos (as) servidores (as), além de impactar negativamente o ambiente de trabalho. Promover um ambiente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD241654620900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

de trabalho livre de assédio é fundamental para a eficácia e a integridade da instituição. Essa conscientização pode levar à criação de programas de treinamento e capacitação dentro da PRF para prevenir esses comportamentos abusivos.0

Debater publicamente o tema pode resultar na revisão e no fortalecimento das políticas internas de combate aos assédios moral e sexual, garantindo que existam mecanismos eficazes de denúncia e suporte às vítimas. Isso também pode estimular a implementação de medidas preventivas, como campanhas de sensibilização e formação contínua dos (as) servidores (as).

Audiência pública, portanto, é uma ferramenta vital para promover a transparência, proteger os direitos dos servidores, educar e conscientizar, reforçar políticas internas e ouvir as vozes das vítimas, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e justo na PRF. Por essa razão, apresento o presente Requerimento, certo do apoio dos (as) nobres pares.

Sala da Comissão, de de 2024

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

